

A responsabilidade da Câmara

A cristalina decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando não haver suporte legal à existência do monopólio sindical nos serviços portuários, oferece novo enfoque para essa grave questão nacional.

SEGUNDO acórdão do órgão máximo da Justiça, "a execução dos serviços de estiva, ordinariamente afeto aos estivadores sindicalizados, pode estar a cargo de empresas credenciadas, como armadoras e estivadoras, nos termos dos pertinentes dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho".

FICOU claro que o rígido e descabido controle da mo-

vimentação de carga nos portos, exercido pelos sindicatos dos avulsos, não tem base na Constituição nem tampouco na CLT.

ASSIM, quando a Câmara dos Deputados se dispõe a examinar o projeto de lei da reforma portuária, é preciso ter cuidado para evitar a aprovação de substitutivo que, em qualquer circunstância, possa admitir a continuação dessa abusiva exclusividade.

CASO isso ocorresse seria, assim, a oficialização do execrável cartel que há meio século explora os portos brasileiros.